



Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades

**TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS:
REGIME SIMPLIFICADO –
CONTRATOS DE REPASSE COM VALOR
DE REPASSE INFERIOR A R\$ 750 MIL**



SUMÁRIO

GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS	4
1 APRESENTAÇÃO	7
OBJETIVO DO MANUAL	7
DISPOSITIVOS LEGAIS	7
2 PARTICIPANTES E ATRIBUIÇÕES	8
MINISTÉRIO DAS CIDADES	8
MANDATÁRIA	8
PROPONENTE/CONVENIENTE	9
BENEFICIÁRIOS FINAIS	11
3 ACESSO A PROGRAMAS E AÇÕES	12
FORMAS DE ACESSO A PROGRAMAS E AÇÕES	12
ROTINA PARA ENVIO DE PROPOSTAS	12
ANUALIDADE DA PROPOSTA	12
NECESSIDADE DE CADASTRAMENTO NO SICONV	12
VALOR MÍNIMO DAS PROPOSTAS	12
4 ANÁLISE DAS PROPOSTAS	14
ROTINA PARA ANÁLISE DAS PROPOSTAS	14
CONTRAPARTIDA	14
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA SELEÇÃO	14
DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS À FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO DE REPASSE	15
5 DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS À MANDATÁRIA	15
ENTREGA DE DOCUMENTOS À MANDATÁRIA	15
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS	15
OUTROS DOCUMENTOS PODERÃO SER EXIGIDOS	17
CONDIÇÕES PARA CELEBRAÇÃO	17
6 ANÁLISE PELA MANDATÁRIA	18
7 FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO DE REPASSE	20
ASSINATURA DO CONTRATO DE REPASSE	20
REGISTRO NO SICONV	20
ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA	20
PRAZO PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO	20
PUBLICIDADE	20
8 CLÁUSULAS SUSPENSIVAS	21
APROVAÇÃO DO CONTRATO COM CLÁUSULA SUSPENSIVA	21
POSSIBILIDADES DE CLÁUSULA SUSPENSIVA	21
RESTRIÇÕES À CLÁUSULA SUSPENSIVA	21
PRORROGAÇÃO DA CLÁUSULA SUSPENSIVA	21
EFEITOS DO CONTRATO DE REPASSE COM CLÁUSULA SUSPENSIVA	21
AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DE OBJETO	22
9 DADOS DO PROJETO APROVADO	22
LICITAÇÃO	22
ENVIO DOS DADOS DO PROJETO APROVADO PELA MANDATÁRIA	23
10 AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO OBJETO	24
REQUISITOS PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DO OBJETO	24
AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DE OBJETO	24
ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA PELO CONVENIENTE	24
EXECUÇÃO DIRETA	24
LIBERAÇÃO E DESBLOQUEIO DE RECURSOS	25
11 SOLICITAÇÃO E LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	25
SOLICITAÇÃO DE RECURSOS	25
LIBERAÇÃO DE RECURSOS	25
ROTINA DE LIBERAÇÃO	25
POSSIBILIDADE DE ADIANTAMENTO FINANCEIRO	26
12 EXECUÇÃO FÍSICA	27
ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO	27
AFERIÇÃO PELA MANDATÁRIA	27
DIVERGÊNCIAS NA AFERIÇÃO DE EXECUÇÃO	28
AFERIÇÃO DE 100% DE EXECUÇÃO	28

PRAZO PARA MANDATÁRIA AFERIR A EXECUÇÃO	28
CONFORMIDADE COM REGRAS DE ACESSIBILIDADE	28
13 DESBLOQUEIO DOS RECURSOS	29
ROTINA PARA DESBLOQUEIO	29
PRIMEIRO DESBLOQUEIO	29
ÚLTIMO DESBLOQUEIO	29
INEXISTÊNCIA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA	29
14 EMPREENDIMENTOS PARALISADOS	30
15 PAGAMENTO AOS FORNECEDORES	31
PAGAMENTO	31
UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS	31
16 PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL	32
PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL	32
DOCUMENTAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL	32
PARA INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO	32
BENS PATRIMONIAIS REMANESCENTES	32
17 TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	33
INSTAURAÇÃO DE TCE	33
REGISTRO DA INADIMPLÊNCIA	33
18 VIGÊNCIA DO CONTRATO	34
19 PLACA DE OBRA OU SERVIÇO	34
20 DISPOSIÇÕES GERAIS	35
REPROGRAMAÇÕES	35
EXCEPCIONALIDADE	35
DEVER DE ATENDER ÀS SOLICITAÇÕES DA MANDATÁRIA	35
CUSTOS E PREÇOS	35
LEGISLAÇÃO CORRELATA	35
CONTROLE	35
FISCALIZAÇÃO	36
ORIENTAÇÕES SUPLEMENTARES	36
RETROATIVIDADE	36
DEVOLUÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	36

GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS

Acompanhamento: atividade de monitoramento da execução física das metas, etapas e fases do objeto pactuado nos instrumentos, a ser realizada pela Mandatária.

AIO: Autorização de Início do Objeto

ART: Anotação de Responsabilidade Técnica feita no Sistema Confea/Crea.

CADMUT: Cadastro Nacional dos Mutuários.

CadÚnico: Cadastro Único dos Programas Sociais do governo federal.

CGU: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

Consórcio público: pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

Contrapartida: aplicação de recursos próprios do proponente ou conveniente, em complemento aos recursos alocados pela União, com o objetivo de compor o valor de investimento necessário à execução das ações previstas.

Contrato de repasse: instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros processa-se por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como Mandatária.

Contrato de Prestação de Serviços (CPS): instrumento jurídico padrão que regula a prestação de serviços realizados pela Mandatária a favor da Administração Pública Federal, que deve conter as atribuições delegadas, as limitações do mandato e a forma de remuneração pelos serviços.

Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento (CTEF): instrumento jurídico que disciplina a execução de obra, fornecimento de bem ou serviço, regulado pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas pertinentes à matéria, tendo como contratante o ente que figura como conveniente.

Conveniente: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, consórcio público ou entidade privada sem fins lucrativos, com a qual a administração pública federal pactua a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco; também entendido como contratado no âmbito do contrato de repasse.

Desbloqueio de recursos: autorização para utilização efetiva dos recursos da conta vinculada do convênio ou contrato de repasse.

Diário de obras: documento de informação, controle e orientação, elaborado de forma contínua e simultânea à execução do empreendimento, cujo teor consiste no registro sistemático, objetivo, sintético e diário dos eventos ocorridos no âmbito da obra, bem como de observações e comentários pertinentes.

DOU: Diário Oficial da União.

Funcionalidade: característica do empreendimento sempre que, ao ser concluído, no todo ou em parte, realize a função a que se destina e cumpra as condições de desempenho, definidas na proposta e nas regras do programa indicadas no manual específico do programa e ação.

LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Liberação de recursos: depósito de recursos financeiros na conta vinculada do contrato de repasse, sob bloqueio. A liberação de recursos também é comumente denominada de “desembolso” ou “descentralização de recursos financeiros”.

LOA: Lei Orçamentária Anual.

Mandatária: Instituição financeira oficial federal delegada para operação dos programas e ações do MCidades, conforme definido em CPS específico firmado com o MCidades.

MCidades: Ministério das Cidades.

Meta: parcela quantificável do objeto descrita no Plano de Trabalho.

Objeto: produto do instrumento, observados o programa de trabalho e as suas finalidades.

OGU: Orçamento Geral da União.

Ordem Bancária de Transferências Voluntárias (OBTV): minuta da ordem bancária de pagamento de despesa dos instrumentos, encaminhada virtualmente pelo SICONV ao SIAFI, mediante autorização do Gestor Financeiro e do Ordenador de Despesa do conveniente, ambos previamente cadastrados no SICONV, para posterior envio, pelo próprio SIAFI, à instituição bancária que efetuará o crédito na conta corrente do beneficiário final da despesa.

Órgãos de controle: instituições vinculadas aos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que possuem designação constitucional para orientar, auditar, fiscalizar e acompanhar a execução dos projetos e atividades de governo nos aspectos de legalidade, eficácia, economicidade e eficiência.

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento.

Pagamento: crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores ou prestadores de serviços relativo à realização do bem ou serviço.

Plano de Trabalho (PT): peça processual integrante dos contratos de repasse, que evidencia o detalhamento do objeto, da justificativa, dos cronogramas físico e financeiro, do plano de aplicação das despesas, bem como das informações da conta corrente específica, dos partícipes e dos seus representantes.

Projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou o serviço, ou complexo de obras ou serviços, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra ou do serviço de engenharia e a definição dos métodos e do prazo de execução.

Projeto de engenharia: conjunto de elementos técnicos apresentados pelo CONVENIENTE, elaborado por profissional habilitado, que possibilite a análise prevista neste ajuste, que não se confunde com o projeto básico definido na Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, e da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 2016.

Proponente: órgão ou entidade pública ou privada sem fins lucrativos credenciada que manifeste, por meio de proposta ou Plano de Trabalho, interesse em firmar contrato de repasse com o MCidades.

Proposta de trabalho: peça processual inicial utilizada para manifestação formal dos órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, interessadas em celebrar os instrumentos regulamentados por esta Portaria, cujo conteúdo contempla a descrição do objeto; a justificativa; a indicação do público alvo; a estimativa dos recursos do concedente e contrapartida e as informações relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente.

QCI: Quadro de Composição de Investimento.

RRT: Registro de Responsabilidade Técnica feito no CAU/BR.

RRE: Relatório Resumo do Empreendimento

Reprogramação: procedimento que visa o aceite, pela mandatária, de pequenos ajustes ou adequações no instrumento pactuado, vedada a descaracterização total ou parcial do objeto do contrato.

Secretaria finalística: secretarias nacionais do MCidades (Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano, Secretaria Nacional de Habitação, Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana, e Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental).

SIAFI: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SICONV: Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIOP: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SPA Simplificada: Síntese do Projeto Aprovado Simplificada

SPOA: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MCidades.

Tomada de Contas Especial (TCE): processo formal, dotado de rito próprio, que objetiva apurar fatos, identificar responsáveis e quantificar o dano causado ao Erário, visando ao seu imediato ressarcimento.

Termo de referência: documento apresentado quando o objeto do contrato de repasse envolver aquisição de bens ou prestação de serviços, que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado da região onde será executado o objeto, a definição dos métodos e o prazo de execução do objeto.

TCU: Tribunal de Contas da União.

Trabalho Social: conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.

1 APRESENTAÇÃO

OBJETIVO DO MANUAL

1.1 Este manual, parte integrante da Portaria nº xxx, de xx de xxxxx de 2018, tem por objetivo orientar Municípios, Estados, Distrito Federal, entidades privadas sem fins lucrativos e a mandatária no processo geral de aprovação e execução de projetos de programas e ações sob a responsabilidade do MCidades, enquadrados no Regime Simplificado, tratado no capítulo VI, título IV, da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, e que envolvam recursos do OGU.

1.1.1 Compõem o Regime Simplificado objeto deste manual os contratos de repasse enquadrados nos seguintes níveis:

- a) Nível I: execução de obras e serviços de engenharia com valores de repasse iguais ou superiores a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e inferiores a R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais); e
- b) Nível IV: execução de custeio ou aquisição de equipamentos com valores de repasse iguais ou superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e inferiores a R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

1.1.2 O disposto neste manual não se aplica aos empreendimentos que não se enquadrem no Regime Simplificado, nem aos projetos que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que são objeto de manuais próprios.

DISPOSITIVOS LEGAIS

1.2 As ações previstas nos contratos de repasse deverão observar o disposto neste Manual; no Manual de Instruções do Trabalho Social dos Programas e Ações do Ministério das Cidades; na Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 (PI MP/MF/CGU nº 424/2016), e suas alterações; na Instrução Normativa MP nº 2, de 9 de outubro de 2017 (IN MP nº 2/2017); na Instrução Normativa MP nº 2, de 24 de janeiro de 2018, e suas alterações (IN MP nº 2/2018); no Decreto nº 5.796, de 6 de junho de 2006; no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013; na Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; na Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011; na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício financeiro correspondente; e nas demais legislações pertinentes.

2 PARTICIPANTES E ATRIBUIÇÕES

MINISTÉRIO DAS CIDADES

2.1 O MCidades realiza o planejamento, a regulação, a normatização e a gestão da aplicação de recursos em políticas de desenvolvimento urbano, urbanização, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito, consoante dispõe o art. 25, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.

2.2 É atribuição do MCidades a gestão dos programas, projetos e atividades nos termos do inciso I do art. 6º da PI MP/MF/CGU nº 424/2016, e do contrato de prestação de serviços firmado entre o MCidades e a mandatária, mediante:

- a) estabelecimento e divulgação no SICONV, no momento da disponibilização do programa, das diretrizes programáticas com as regras e critérios para a sua implementação, inclusive os limites de contrapartida;
- b) execução da descentralização dos recursos orçamentários e financeiros em Unidade Gestora específica para a Mandatária na medida de suas necessidades para cumprimento dos cronogramas de desembolsos aprovados nos contratos de repasses;
- c) elaboração de parecer no SICONV destacando o enquadramento do objeto e as justificativas, constantes das propostas, às diretrizes programáticas, cujo objeto deve ser claro e específico;
- d) análise e aprovação, no SICONV, das propostas apresentadas;
- e) encaminhamento do Plano de Trabalho (PT) para a análise da Mandatária;
- f) empenho das propostas no SICONV, após a aprovação do PT e cancelamento ou anulação daquelas que não foram contratadas;
- g) análise e aprovação/reprovação das alterações nos termos dos contratos de repasse submetidas pela Mandatária, que modifiquem as condições da proposta e do PT, observadas as vedações expressas na PI MP/MF/CGU nº 424/2016;
- h) acompanhamento e avaliação da execução e dos resultados dos Programas, promovendo os ajustes que se façam necessários;
- i) monitoramento, acompanhamento e avaliação da execução e dos resultados;
- j) análise de enquadramento e seleção de propostas apresentadas por órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, consórcio público ou organização da sociedade civil, com vistas à celebração dos contratos de repasse;
- k) descentralização dos créditos orçamentários e financeiros à Mandatária; e
- l) divulgação de atos normativos e orientações ao proponente ou conveniente;

MANDATÁRIA

2.3 A Mandatária é a instituição financeira oficial federal delegada para operação dos programas e ações do MCidades, conforme definido em Contrato de Prestação de Serviços (CPS) específico firmado entre o MCidades e a Mandatária, na Lei nº 11.124, de 2005, e nas disposições deste manual.

2.4 É atribuição da Mandatária a operação da execução dos programas, projetos e atividades, nos termos do inciso II do art. 6º da PI MP/MF/CGU nº 424/2016, e do CPS firmado entre o MCidades e a Mandatária, mediante:

- a) aplicação do conteúdo deste Manual e dos manuais dos programas e ações do MCidades, que se aplicam à execução do contrato, adequando seus normativos internos quando verificada divergência;
- b) análise e aceitação de documentos técnicos, inclusive PT e projeto de engenharia, institucionais e jurídicos das propostas selecionadas pelo MCidades;

- c) celebração dos contratos de repasse decorrentes das propostas selecionadas;
- d) verificação de realização do procedimento licitatório pelo conveniente, atendo-se aos documentos no que se referem à contemporaneidade do certame; aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência; ao respectivo enquadramento do objeto contratado com o efetivamente licitado; e ao fornecimento pelo conveniente de declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis;
- e) execução orçamentária e financeira necessária aos termos contratuais, providenciando os devidos registros nos sistemas da União, além de comunicação às câmaras municipais e assembleias legislativas da assinatura do termo e da liberação de recursos financeiros, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data da liberação, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997;
- f) acompanhamento, avaliação e aferição da execução do objeto pactuado, assim como verificação da regular aplicação das parcelas de recursos, condicionando o seu desbloqueio ao cumprimento de metas previamente estabelecidas;
- g) análise e manifestação acerca da execução física e financeira e aprovação da prestação de contas dos recursos aplicados, assegurando a compatibilidade e aderência das despesas realizadas com o objeto pactuado;
- h) notificação do conveniente, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instauração, se for o caso, da competente Tomada de Contas Especial (TCE);
- i) subsídio ao MCidades quanto à formalização da prestação de contas anual dos programas operados;
- j) observância em seus atos normativos internos das orientações expedidas pelo MCidades;
- k) informação ao MCidades sobre o andamento dos contratos de repasse e encaminhamento das informações necessárias ao processo de acompanhamento e avaliação da execução e dos resultados das ações;
- l) permissão de livre acesso do MCidades e dos órgãos de controle federais aos dados e documentos gerenciados em decorrência do CPS entre a Mandatária e o MCidades;
- m) consulta ao CadÚnico e ao CADMUT, a fim de verificar, respectivamente, a faixa de renda da família beneficiada e registros de financiamentos de imóveis obtidos, que caracterizem situações restritivas à concessão de benefício com unidade habitacional, informando ao conveniente as restrições detectadas; e
- n) verificação do cumprimento por parte do conveniente da exigência de preenchimento do cadastro socioeconômico dos beneficiários do programa, conforme manual específico, por meio do CadÚnico, por amostragem e por meio de declaração expressa do conveniente do atendimento e preenchimento do CadÚnico.

PROPONENTE/CONVENIENTE

2.5 São potenciais proponentes os Municípios, Estados, Distrito Federal, consórcios públicos e entidades privadas sem fins lucrativos.

2.6 É atribuição do proponente enviar as propostas, executar e fiscalizar a consecução do objeto, assegurar a qualidade técnica dos projetos e de sua execução, entre outras, nos termos do art. 7º da PI MP/MF/CGU nº 424/2016, mediante:

- a) encaminhamento à Mandatária de propostas ou planos de trabalhos, na forma e prazos estabelecidos;
- b) elaboração dos projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunião de todos os documentos jurídicos e institucionais necessários à celebração do contrato, de acordo com os normativos do programa, e a apresentação de documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, nos termos da legislação aplicável;

- c) execução e fiscalização dos trabalhos necessários à consecução do objeto contratado, observando prazos e custos, designando profissional habilitado no local da intervenção com a respectiva ART ou RRT;
- d) garantia, na sua integralidade, da qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços estabelecidos nos contratos, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas e ações, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo MCidades, pela Mandatária ou pelos órgãos de controle;
- e) atualização do diário de obras de forma contínua e simultânea à execução do empreendimento, de forma a conter o registro de todos os fatos relevantes ocorridos, em especial do quantitativo de pessoal, máquinas alocadas, condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos e não conformidades observadas, bem como estar disponível aos órgãos de fiscalização e controle;
- f) seleção das áreas de intervenção e dos beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo MCidades, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à Mandatária sempre que houver alterações;
- g) realização, sob sua inteira responsabilidade, do processo licitatório nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do projeto básico, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de encargos sociais e do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) utilizados, cada qual com o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles, além da disponibilização da contrapartida, quando for o caso;
- h) apresentação de declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório, observado o disposto no art. 49 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016;
- i) execução, na qualidade de contratante, da fiscalização sobre o Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento (CTEF), efetuando os pagamentos ao fornecedor e a retenção de impostos e contribuições previdenciárias incidentes sobre as notas fiscais de insumos e serviços, que tenham por sujeito passivo da obrigação tributária o respectivo executor ou fornecedor, em conformidade com a legislação tributária e previdenciária vigente, bem como a conferência e aceite dos documentos fiscais, verificando as alíquotas de tributos e retenções incidentes, validade de certidões de regularidade fiscal e cadastral do fornecedor;
- j) consulta da situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), por meio de acesso ao Portal da Transparência na internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem;
- k) estímulo da participação dos beneficiários finais na elaboração e implantação do objeto do contrato, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- l) notificação, no caso de Estados, Distrito Federal e Municípios, de partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no ente, quando ocorrer a liberação de recursos financeiros, como forma de incrementar o controle social, conforme consagrado pela Lei nº 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
- m) operação, manutenção e conservação adequada do patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do contrato de repasse;
- n) prestação de contas dos recursos transferidos pelo MCidades ou pela Mandatária destinados à consecução do objeto do contrato de repasse;
- o) fornecimento ao MCidades ou à Mandatária, a qualquer tempo, de informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- p) previsão no edital de licitação e no CTEF de que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;

- q) realização no SICONV de atos e procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de TCE dos contratos, quando couber;
- r) instauração de processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução ou gestão financeira do contrato, comunicando tal fato à Mandatária;
- s) registro no SICONV do extrato do edital de licitação, do preço estimado pela administração pública para a execução do serviço e da proposta de preço total ofertada por cada licitante com a sua respectiva inscrição no CNPJ, do termo de homologação e adjudicação, do extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, da ART ou RRT dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, e dos boletins de medições;
- t) disponibilização de informação, sempre que solicitado pelo MCidades ou pela Mandatária, sobre o estado de conservação, funcionamento e operação do patrimônio gerado pela aplicação dos recursos públicos, ainda que finda a execução do objeto do contrato de repasse;
- u) enquadramento, nos casos de atendimento, com unidade habitacional, da faixa de renda, dos beneficiários finais, conforme legislação vigente;
- v) manutenção de canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionadas ao contrato de repasse, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias; e
- w) inclusão, quando o objeto do contrato se referir à execução de obras de engenharia, nas placas e adesivos indicativos das obras informação do canal para registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no Manual de Uso da Marca do Governo Federal - Obras da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

2.7 As entidades privadas sem fins lucrativos atuarão como proponente somente nos programas em que houver essa possibilidade e após passarem por processo de habilitação nos termos dos manuais específicos para apresentação de propostas.

BENEFICIÁRIOS FINAIS

2.8 Beneficiários finais são aqueles definidos nos manuais específicos para apresentação de propostas dos programas e ações disponibilizados no sítio eletrônico do MCidades.

3 ACESSO A PROGRAMAS E AÇÕES

FORMAS DE ACESSO A PROGRAMAS E AÇÕES

3.1 Para acessar os programas e ações do MCidades, os proponentes deverão se habilitar de uma das seguintes formas:

- a) Por meio do encaminhamento de propostas apoiadas com recursos oriundos de emendas parlamentares;
- b) Por meio de encaminhamento de propostas não enquadradas na alínea “a” para concorrer a processo público de seleção; ou
- c) Por meio de chamamento público, que poderá ser realizado no SICONV, no caso de entidades privadas sem fins lucrativos.

3.1.1 Em situações especiais o MCIDADES poderá selecionar empreendimentos em caráter extraordinário, mediante ato específico.

3.2 O encaminhamento de propostas se dará exclusivamente pela internet, não cabendo o envio de projetos e documentos ao MCidades por meio físico.

ROTINA PARA ENVIO DE PROPOSTAS

3.3 No caso das propostas que se enquadram na alínea “a” do item 3.1, os proponentes deverão:

- a) Acessar o SICONV e verificar se há recurso destinado à localidade do interessado no módulo “programas”; e
- b) Havendo recursos, o interessado deverá cadastrar e enviar proposta no SICONV, conforme art. 16, da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

3.4 No caso de seleção pública, propostas que se enquadram na alínea “b” do item 3.1, haverá processo disciplinado por manuais específicos de cada programa do MCidades.

3.5 No caso de chamamento público, as propostas serão encaminhadas de acordo com as regras estabelecidas em seu edital, observando o disposto no Art. 8º da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

ANUALIDADE DA PROPOSTA

3.6 As propostas que não tiverem seus contratos de repasse celebrados até o final do exercício financeiro deverão ser rejeitadas no SICONV e ter seus pré-empenhos e empenhos cancelados, conforme disposto no art. 29 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

NECESSIDADE DE CADASTRAMENTO NO SICONV

3.7 Para apresentar propostas, o interessado deverá estar cadastrado no SICONV, conforme disposto no art. 14 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

VALOR MÍNIMO DAS PROPOSTAS

3.8 As propostas deverão obedecer aos valores mínimos definidos nos incisos I e IV do art. 9º da PI MP/MF/CGU nº 424/2016, a saber:

- a) R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia; e
- b) R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de despesas de custeio ou aquisição de equipamentos.

3.9 As propostas poderão incluir valores relativos à elaboração do projeto básico ou executivo, ou termo de referência, desde que o desembolso do MCidades para este fim não seja superior a 5% (cinco por cento) do valor total do instrumento.

4 ANÁLISE DAS PROPOSTAS

ROTINA PARA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

- 4.1 As secretarias finalísticas do MCidades farão a verificação do enquadramento das propostas no SICONV, quando couber.
- 4.2 No caso de rejeição de proposta por impedimento técnico, as secretarias finalísticas registrarão o fato no SICONV e comunicarão o motivo da rejeição à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MCidades (SPOA).
- 4.2.1 Quando ocorrer rejeição de propostas decorrentes de programações incluídas ou acrescidas por emendas individuais e de execução obrigatória, nos termos dos §§ 9º e 11 do art. 166 da Constituição Federal, a SPOA registrará o fato no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).
- 4.3 A SPOA enviará à Mandatária, via SICONV, as propostas aprovadas e enquadradas pelas secretarias finalísticas para análise de seu PT.
- 4.4 Após conclusão da análise do PT, a Mandatária informará a SPOA o seu resultado.
- 4.4.1 No caso de aprovação do PT pela Mandatária, e havendo disponibilidade orçamentária, a SPOA providenciará o empenho das propostas no SICONV.
- 4.4.2 No caso de rejeição do PT, a Mandatária registrará o fato no SICONV e comunicará o motivo da rejeição à SPOA.
- 4.4.3 Quando ocorrer a rejeição do PT de propostas decorrentes de programações incluídas ou acrescidas por emendas individuais e de execução obrigatória, nos termos dos §§ 9º e 11 do art. 166 da Constituição Federal, a SPOA registrará o fato no SIOP.
- 4.5 No caso de chamamento público, a rotina específica para análise das propostas apresentadas seguirá as regras estabelecidas em seu edital.

CONTRAPARTIDA

- 4.6 A análise da contrapartida proposta levará em conta os percentuais estabelecidos na LDO do exercício correspondente.
- 4.6.1 Nos casos em que a contrapartida das propostas aprovadas pelo MCidades exceder os limites previstos na LDO, o valor excedente será admitido como contrapartida adicional, por ser indispensável à funcionalidade do empreendimento.
- 4.6.2 Os limites mínimos e máximos de contrapartida poderão ser reduzidos ou ampliados, conforme disciplinado na LDO do exercício correspondente.
- 4.7 Não será permitido o aproveitamento de despesa realizada em data anterior à assinatura do contrato de repasse a título de reconhecimento de contrapartida.

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA SELEÇÃO

- 4.8 O resultado da seleção das propostas estará disponível no SICONV, conforme §1º do art. 8º da PI MP/MF/CGU nº 424/2016, ou no sítio eletrônico do MCidades no caso chamamento público.

DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS À FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO DE REPASSE

5 DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS À MANDATÁRIA

ENTREGA DE DOCUMENTOS À MANDATÁRIA

5.1 Após a comunicação formal da Mandatária, o proponente deverá entregar à unidade de relacionamento indicada, os documentos completos, definidos neste item, complementados pelos demais documentos exigidos por manuais específicos de programas e ações, quando for o caso.

5.2 Os documentos deverão ser entregues à Mandatária, mediante agendamento prévio, não sendo aceita entrega incompleta, salvo quando aplicado o constante do item 8.2 deste Manual.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

5.3 O proponente deverá apresentar à Mandatária os documentos completos relacionados abaixo:

5.3.1 Documentos Jurídicos/Institucionais, conforme arts. 22 e 23 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016:

- a) comprovação do exercício da plena competência tributária, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- b) certificado de Regularidade Previdenciária (CRP);
- c) certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) comprovação de regularidade perante o Poder Público Federal, conforme consulta ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN);
- e) certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF/FGTS);
- f) comprovação de regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente;
- g) comprovação de regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União, e administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN);
- h) comprovação da aplicação mínima de recursos na área da Educação, em atendimento ao disposto no art. 212, da Constituição Federal, e na alínea “b” do inciso IV do § 1º do art. 25, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- i) comprovação da aplicação mínima de recursos na área da Saúde, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 198 da Constituição Federal, nos arts. 6º e 7º da Lei Complementar nº 141/2012, e na alínea “b” do inciso IV do § 1º do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- j) comprovação de inexistência de vedação ao recebimento de transferências voluntárias por descumprimento de limites, em atendimento ao disposto no § 3º do art. 23 e na alínea “c” do inciso IV do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, de cada um dos Poderes e órgãos elencados no art. 20 da mesma Lei;
- k) comprovação de que as Despesas de Caráter Continuado Derivadas do Conjunto das Parcerias Público-Privadas já contratadas no ano anterior obedeçam aos limites constantes do art. 28 da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004;
- l) comprovação da regularidade quanto ao Pagamento de Precatórios Judiciais;
- m) comprovação de disponibilização das informações sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, em atendimento ao art. 73-C da Lei de Responsabilidade Fiscal;

- n) declaração de inexistência de vedação ao recebimento de transferências voluntárias por contratação de operação de crédito enquadrada no § 1º do art. 33 da Lei de Responsabilidade Fiscal, juntamente com o comprovante de remessa da declaração para o respectivo Tribunal de Contas;
- o) comprovação do fornecimento ao respectivo Tribunal de Contas da relação das empresas públicas e das sociedades de economia mista ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins de que trata o Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, consoante o prescrito no art. 92 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;
- p) comprovação da disponibilização das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais em meio eletrônico de amplo acesso público, conforme §2º do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, incluindo:
 - i. Relatórios de Gestão Fiscal (RGF);
 - ii. Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO);
 - iii. Declarações das Contas Anuais (DCA);
 - iv. Matrizes de Saldos Contábeis (MSC); e
 - v. Atualizações e alterações posteriores de formato definido no referido ato normativo vigente.
- q) comprovação do encaminhamento das informações necessárias para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa de que trata o § 4º do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- r) comprovação da ausência de concessão ou de manutenção de incentivos fiscais, por Estados ou Distrito Federal, em desacordo à Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, comprovada mediante informação de adimplência prestada pelo Ministério da Fazenda;
- s) comprovação de disponibilidade orçamentária para fazer frente à contrapartida pactuada, quando houver;
- t) termo de posse, carteira de identidade e CPF do prefeito ou do governador e autoridade interveniente, ou dirigente máximo de entidades da administração pública indireta;
- u) comprovação da titularidade da área, mediante certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis competente, quando o contrato de repasse tiver por objeto a execução de obras ou benfeitorias no imóvel.

5.3.1.1 Poderá ser aceita, para autorização de início do objeto ajustado, declaração do Chefe do Poder Executivo, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que o conveniente é detentor da posse da área objeto da intervenção, quando se tratar de área pública, devendo a regularização formal da propriedade ser comprovada até o final da execução do objeto do instrumento.

5.3.1.2 Alternativamente à certidão prevista na alínea “u” do item 5.3.1, admite-se, por interesse público ou social, condicionadas à garantia subjacente de uso pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos, outros meios de comprovação, nos termos dos §§ 2º, 3º, 4º e 5º do Art. 23 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

5.3.2 Documentos Técnicos, conforme art. 23 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016 e CPS firmado entre o MCidades e a Mandatária:

- a) PT aprovado no SICONV pela Mandatária;
- b) Quadro de Composição do Investimento (QCI), quando necessário;
- c) planta de localização da intervenção em escala adequada para sua avaliação;
- d) elementos gráficos de engenharia (desenhos de projetos) que permitam a caracterização da intervenção e a conclusão sobre sua viabilidade técnica, devidamente aprovados, com identificação e assinatura dos autores;
- e) documentos para atendimento à IN MP nº 02/2017, que trata das regras e diretrizes de acessibilidade a serem observadas;
- f) memorial descritivo da obra detalhando, no mínimo, seus elementos constituintes, unidades de medidas, áreas de serviços a serem executados, métodos construtivos e respectivos materiais a serem empregados;
- g) especificações técnicas;

- h) orçamento discriminado conforme disposto no Decreto nº 7.983, de 2013, e jurisprudência consolidada pelo Tribunal de Contas da União (TCU);
- i) cronograma físico-financeiro;
- j) Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) dos autores dos projetos, do orçamento, de sondagem e de acessibilidade;
- k) declaração do proponente de que os documentos técnicos de engenharia apresentados atendem ao disposto no inciso IX do art. 6º da Lei nº 8.666/1993;
- l) outros documentos complementares necessários ao entendimento inequívoco da intervenção, seu valor estimado e o prazo necessário à sua implementação;
- m) instrumentos legais para os regimes de concessão pública de serviços, quando requerido;
- n) manifestação do órgão ambiental, quando couber;
- o) plano de sustentabilidade do empreendimento ou do equipamento a ser adquirido, acompanhado de ofício comprovando a comunicação ao respectivo Poder Legislativo do compromisso assumido;
- p) projeto de Trabalho Social, conforme Manual de Instruções do Trabalho Social dos Programas e Ações do MCidades, e manuais específicos de programas e ações, quando necessário;
- q) plano de regularização fundiária, conforme manuais específicos de programas e ações, quando necessário;
- r) autorizações e licenças exigidas pela legislação, conforme a natureza da intervenção, como outorga de uso de recursos hídricos, autorização do Corpo de Bombeiros, do IPHAN; e
- s) anteprojeto de engenharia, caso o proponente opte pela contratação integrada, prevista no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2013.

5.3.2.1 No caso de estudos, planos, elaboração de projetos e regularização fundiária, o proponente deverá apresentar Termo de Referência, conforme modelos disponíveis nos manuais específicos de programas e ações.

5.4 Os documentos deverão ser originais ou, em caso de fotocópias, autenticados por tabelião ou por empregados da Mandatária, a quem os documentos originais forem apresentados.

OUTROS DOCUMENTOS PODERÃO SER EXIGIDOS

5.5 Outros documentos poderão ser exigidos em razão de especificidades técnicas, institucionais ou jurídicas do programa ou da ação a ser executado, conforme manuais de orientação próprios e legislação pertinente.

CONDIÇÕES PARA CELEBRAÇÃO

5.6 Adicionalmente, para celebração dos contratos de repasse o proponente deverá cumprir as exigências constantes do capítulo I do título III da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

6 ANÁLISE PELA MANDATÁRIA

6.1 Recebidos os documentos completos, a Mandatária procederá à análise técnica do objeto visando concluir sobre a viabilidade de execução do objeto do contrato de repasse e o cumprimento das metas previstas, considerando os seguintes aspectos da intervenção:

- a) Atendimento às diretrizes do programa de vinculação;
- b) Adequação ao local de intervenção, verificada por meio de visita de campo preliminar;
- c) Funcionalidade;
- d) Acessibilidade;
- e) Exequibilidade técnica;
- f) Adequação do custo;
- g) Prazos de execução;
- h) Manifestação do órgão ambiental, quando couber;
- i) Existência do plano de sustentabilidade;
- j) Existência das licenças, outorgas e autorizações necessárias, quando couber; e
- k) Projeto do trabalho técnico e social, quando for o caso.

6.2 A análise realizada pela Mandatária deverá atender aos objetivos, critérios e demais condições determinadas no respectivo manual específico de programas e ações, com destaque para a fiel observância aos requisitos estabelecidos nas diretrizes gerais constantes deste Manual, bem como as diretrizes específicas para elaboração de projetos, quando couber.

6.3 A Mandatária deverá verificar, necessariamente:

- a) a consistência interna dos elementos do projeto e a sua compatibilidade com os demais componentes do empreendimento;
- b) se os projetos apresentados possibilitam o levantamento das quantidades dos principais serviços da planilha orçamentária;
- c) a atualidade e contemporaneidade dos projetos, sendo vedado o aproveitamento de projetos elaborados há mais de 5 (cinco) anos, sem que tenham sido revisados em seus aspectos técnicos e orçamentários;
- d) se o projeto proposto é adequado ao local da intervenção e guarda aderência com a realidade local (inclusive em relação à adequabilidade do terreno ou imóvel previsto);
- e) se o projeto é capaz de solucionar o problema urbano a que se propõe equacionar;
- f) se o empreendimento possuirá funcionalidade imediata;
- g) o atendimento à IN MP nº 2/2017;
- h) se com a execução do projeto o proponente é capaz de atingir os objetivos do programa do MCidades em que se insere;
- i) se os recursos referentes à contrapartida estão devidamente assegurados pelo proponente;
- j) se o prazo de execução e o cronograma de desembolso estão compatíveis com o objeto proposto;
- k) a exequibilidade do projeto de Trabalho Social, quando for o caso, e sua conformidade em relação ao no Manual de Instruções do Trabalho Social dos Programas e Ações do MCidades.

6.3.1 No caso de propostas para execução de obras e serviços de engenharia objeto deste Manual, a Mandatária poderá realizar análise de custos de modo parametrizado, observando a data de referência do custo dos indicadores devidamente atualizada, a região em que será executada a obra, que deverá ser a mais próxima, idêntica ou relativizada em relação àquela do serviço/obra paradigma, e o custo do indicador, que deve ser segregado das demais despesas que compõem o preço, como o BDI, desde que previsto na legislação vigente.

6.3.2 Em qualquer situação, a funcionalidade plena para empreendimentos que contemplem a implantação de redes de coleta de esgotos sanitários, total ou em parte, deverá contemplar tratamento e destinação final dos efluentes¹.

6.4 Nos casos em que não for comprovada a viabilidade técnica, jurídica, institucional, a conformidade do empreendimento, dos custos de obras ou serviços, conforme LDO, ou, ainda, que houver desistência do proponente ou indeferimento, a Mandatária deverá registrar estas informações no SICONV, indicando a data e quais os motivos que levaram à não efetivação da proposta selecionada.

6.4.1 Enquanto não houver funcionalidade do SICONV específica para o registro das informações elencadas no item 6.4, a Mandatária deverá disponibilizá-las periodicamente ao MCidades por meio de banco de dados eletrônico.

¹ Não será admitida, em nenhuma hipótese, a execução de redes coletoras de esgotos sem a prévia existência ou a realização concomitante do respectivo sistema de tratamento e disposição final, incluindo a interligação das redes ao sistema de tratamento.

7 FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO DE REPASSE

ASSINATURA DO CONTRATO DE REPASSE

7.1 Após análise e aprovação dos documentos técnicos, institucionais e jurídicos, a mandatária e o conveniente firmarão o contrato de repasse, observados os arts. 22 a 31, da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

7.1.1 Deverá constar, em cláusula específica do contrato de repasse, a responsabilidade dos convenientes pela conclusão total do empreendimento, a fim de assegurar a sua funcionalidade.

7.1.2 Após a celebração do contrato de repasse, o proponente passa à condição de conveniente.

REGISTRO NO SICONV

7.2 A aprovação do PT e o registro da celebração do contrato de repasse deverão ser realizados pela Mandatária no SICONV.

ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA

7.3 O conveniente providenciará a abertura de conta bancária junto à Mandatária, específica para movimentação dos recursos relativos ao contrato.

PRAZO PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.4 A assinatura do contrato de repasse deverá ocorrer até o último dia útil do exercício em que for realizado o primeiro empenho.

PUBLICIDADE

7.5 A publicação do extrato do contrato de repasse no Diário Oficial da União (DOU) deverá ser providenciada pela Mandatária no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura.

7.6 Aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas dos instrumentos será dada publicidade em sítio eletrônico específico denominado Portal dos Convênios.

7.7 A Mandatária notificará, facultada a comunicação por meio eletrônico, no prazo de até 10 (dez) dias, a celebração do instrumento à Assembleia Legislativa ou à Câmara Legislativa ou à Câmara Municipal do conveniente, conforme o caso.

7.7.1 No caso de liberação de recursos, o prazo para notificação, facultada a comunicação por meio eletrônico, será de 2 (dois) dias úteis.

7.8 Os convenientes deverão dar ciência da celebração do instrumento ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver.

7.8.1 As entidades privadas sem fins lucrativos deverão notificar, se houver, o conselho municipal, distrital, estadual ou federal responsável pela respectiva política pública onde será executada a ação.

8 CLÁUSULAS SUSPENSIVAS

APROVAÇÃO DO CONTRATO COM CLÁUSULA SUSPENSIVA

8.1 Poderão ser celebrados contratos de repasse com previsão de cláusula suspensiva, impeditiva da liberação de recursos, com prazo não superior a 9 (nove) meses, para atendimento às exigências previstas no art. 24 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

8.1.1 No caso do não cumprimento das condições estabelecidas pelas cláusulas suspensivas, o contrato de repasse deverá ser extinto, conforme § 1º do art. 24 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

POSSIBILIDADES DE CLÁUSULA SUSPENSIVA

8.2 A aplicação de cláusula suspensiva nos contratos de repasse é admitida quando o conveniente não possuir algum dos seguintes documentos:

- a) projeto de engenharia aceito, quando se tratar de obras;
- b) Termo de Referência (TR) aceito, quando se tratar de elaboração de projetos, planos e estudos, ou para aquisição de equipamentos (neste último caso, a cláusula suspensiva é admitida somente quando o PT não apresentar os elementos necessários à análise da operação);
- c) comprovação de titularidade da área de intervenção, exceto quando a aquisição de terreno/imóvel se constituir item financiável pelo contrato de repasse;
- d) licença ambiental prévia;
- e) Projeto do Trabalho Social, quando requerido pelo programa.

RESTRIÇÕES À CLÁUSULA SUSPENSIVA

8.3 Não será admitida a celebração de contratos de repasse com cláusula suspensiva quando envolver quaisquer das condições previstas no art. 22 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

PRORROGAÇÃO DA CLÁUSULA SUSPENSIVA

8.4 O prazo da cláusula suspensiva a que se refere o subitem 8.1 poderá ser prorrogado pela Mandatária uma única vez e por igual período, conforme § 1º do Art. 24 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016, mediante consulta prévia ao MCidades.

8.5 Somente será possível a concessão de prorrogação do prazo para cumprimento das cláusulas suspensivas nos casos em que a Mandatária não tenha concluído a análise da documentação constante das alíneas “a” e “b” do item 8.2 deste Manual.

8.5.1 Não será admitida concessão de prorrogação do prazo para cumprimento das condições das cláusulas suspensivas, quando estas referirem-se à documentação constante das alíneas “c”, “d” e “e” do item 8.2 deste Manual.

EFEITOS DO CONTRATO DE REPASSE COM CLÁUSULA SUSPENSIVA

8.6 No caso dos contratos de repasse com cláusula suspensiva, a celebração pactuada não terá efeito enquanto a condição pendente não se verificar, conforme art. 24 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DE OBJETO

9 DADOS DO PROJETO APROVADO

LICITAÇÃO

9.1 Antes do envio dos dados do projeto aprovado, a Mandatária deverá verificar o resultado do processo licitatório observando o necessário atendimento aos seguintes requisitos:

- a) que o objeto do contrato de repasse firmado pelo conveniente com a Mandatária esteja contido no objeto da licitação;
- b) que a planilha orçamentária da proposta vencedora guarde compatibilidade com a inicialmente analisada e aceita quanto aos itens de serviços, respectivos quantitativos e custos; a verificação dos custos obedecerá ao Decreto nº 7.983/2013;
- c) que a vigência do CTEF (ou de outro documento de mesmo teor) contenha, no mínimo, o prazo para execução da intervenção conforme o cronograma vigente;
- d) que a declaração expressa firmada por representante legal do conveniente ateste o atendimento às disposições legais aplicáveis, inclusive quanto ao aspecto da publicação dos atos da licitação, aceitando pareceres emanados por órgãos de controle da sua esfera quando for o caso;
- e) que tenha ocorrido a publicação do extrato do edital da licitação no DOU (como previsto em lei), o ato de homologação da licitação e o despacho de adjudicação da licitação;
- f) que o CTEF tenha sido firmado entre o conveniente e a empresa vencedora do processo licitatório e o extrato do CTEF tenha sido publicado no DOU;
- g) que o certame licitatório seja contemporâneo, observando-se as vedações do § 8º do art. 9º da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

9.2 A(s) licitação(ões) apresentada(s) deverá(ão) abranger, no mínimo, todas as metas previstas na primeira etapa do cronograma de desembolso, cujo valor deverá corresponder a pelo menos 20% (vinte por cento) do valor de repasse.

9.3 Caso o objeto do contrato de repasse corresponda a obras e serviços de engenharia em que o conveniente opte pela contratação integrada, pelo RDC, a Mandatária deverá exigir do conveniente as devidas justificativas técnicas e econômicas e a identificação de pelo menos uma das 3 (três) condições necessárias para autorização desse tipo de aquisição, nos termos do art. 9º da Lei nº 12.462/2011.

9.4 É expressamente vedado ao conveniente o aproveitamento de licitação com objeto genérico, requisito de controle a ser exercido pela Mandatária na análise do processo licitatório para execução indireta do objeto pactuado.

9.5 A Mandatária deverá exigir da empresa vencedora da licitação ou do conveniente, declaração que a empresa vencedora da licitação não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, pertencentes ou vinculados a qualquer dos órgãos celebrantes, sendo de inteira responsabilidade do conveniente a fiscalização dessa vedação.

9.6 Em casos de aditamentos aos CTEF utilizados para execução integral ou parcial dos objetos dos contratos de repasse, a Mandatária deverá exigir que o conveniente forneça declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou da entidade conveniente, ou registro no SICONV que a substitua, atestando a observância dos limites de alterações contratuais previstos no art. 65 da Lei nº 8666, de 1993, na forma estabelecida pela jurisprudência do TCU, em particular pelo Acórdão nº 749/2010-TCU - Plenário,

determinando que as reduções, supressões e acréscimos sejam calculados de forma isolada, vedando a possibilidade de compensação de custos de itens entre si.

9.7 A aquisição de mobiliários e utensílios poderá ser realizada por meio de adesão à ata de registro de preços do MCidades, desde que a ata permita motivadamente a adesão. Nesses casos, a Mandatária não fará a verificação deste processo.

ENVIO DOS DADOS DO PROJETO APROVADO PELA MANDATÁRIA

9.8 Conferida a eficácia contratual mediante publicação do extrato do contrato de repasse no DOU, após conclusão da análise técnica – consolidada na SPA Simplificada –, e aceite do processo licitatório, a Mandatária deverá informar ao MCidades, por meio do SICONV, quais são os contratos aptos ao recebimento de recursos financeiros na conta vinculada.

9.8.1 Enquanto não houver funcionalidade do SICONV específica para a comunicação ao MCidades dos contratos aptos ao recebimento de recursos financeiros na conta vinculada, a Mandatária deverá encaminhar periodicamente essa informação ao MCidades por meio de banco de dados eletrônico.

10 AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO OBJETO

REQUISITOS PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1 Para Autorização de Início do Objeto (AIO) do contrato de repasse deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) análise técnica de engenharia concluída consolidada na SPA Simplificada;
- b) aceite do processo licitatório;
- c) verificação da licença ambiental de instalação ou correspondente, quando for o caso;
- d) verificação da outorga de captação de água e lançamento de efluentes, quando for o caso;
- e) aprovação do projeto do Trabalho Social, quando for o caso;
- f) Solução dos motivos geradores de cláusulas suspensivas, quando existentes, devidamente avaliada pela Mandatária;
- g) envio dos dados do projeto aprovado pela Mandatária;
- h) liberação de até 20% (vinte por cento) do valor de repasse na conta vinculada, sob bloqueio; e
- i) apresentação à Mandatária da designação formal do fiscal da obra pelo conveniente e respectiva ART ou RRT.

AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DE OBJETO

10.2 A Mandatária, após a conclusão das análises técnicas de engenharia e documental, verificação do resultado do processo licitatório, verificação da Licença de Instalação, quando couber, e verificação, via SICONV, da inexistência de cláusula suspensiva, deverá autorizar, formalmente, o conveniente a dar início à execução do objeto contratual.

10.3 Além do disposto no item 10.2, será condição para autorização de início do objeto o crédito dos recursos em conta vinculada, conforme alínea “h” do item 10.1.

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA PELO CONVENIENTE

10.4 A execução de obras ou serviços de engenharia depende de prévia designação pelo conveniente de representante devidamente capacitado para atuar no seu acompanhamento e fiscalização, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.5 Cabe ao representante do conveniente, designado na forma do art. 67, da Lei nº 8.666, de 1993, manter diário de obras e verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos de engenharia aprovados.

EXECUÇÃO DIRETA

10.6 Somente serão admitidos contratos de repasse na modalidade de execução direta – quando o conveniente utiliza meios próprios, como mão de obra de seu quadro e/ou materiais de seu estoque, podendo fazer contratações de insumos complementares –, quando tal modalidade estiver disciplinada no CPS entre o MCidades e a Mandatária, de modo a viabilizar o acompanhamento da execução do objeto.

LIBERAÇÃO E DESBLOQUEIO DE RECURSOS

11 SOLICITAÇÃO E LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

SOLICITAÇÃO DE RECURSOS

11.1 A solicitação de recursos financeiros será encaminhada pela Mandatária ao MCidades, no valor correspondente ao estabelecido na rotina de liberação constante da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

LIBERAÇÃO DE RECURSOS

11.2 Os recursos liberados deverão ser mantidos bloqueados na conta bancária específica do contrato de repasse.

ROTINA DE LIBERAÇÃO

11.3 A rotina de liberação de recursos, sob bloqueio, na conta do contrato ocorrerá depois de cumpridos os requisitos para AIO e conforme disponibilidade financeira do MCidades, da seguinte forma:

11.3.1 A liberação das parcelas dos recursos financeiros dos contratos de repasse pelo MCidades deverá observar, sempre que possível, a ordem cronológica das solicitações de recursos pela Mandatária, salvo quando se tratar da última parcela de liberação de objeto em andamento, quando estas adquirem prioridade.

11.3.2 A liberação da primeira parcela de até 20% (vinte por cento) do valor de repasse será condição para a AIO, conforme alínea “f” do inciso I do art. 66 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

11.3.3 É vedada a liberação da primeira parcela de recursos para o início de execução de novos instrumentos quando o conveniente tiver instrumentos apoiados com recursos do Governo Federal, sem execução financeira por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, conforme § 15 do art. 41 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

11.3.3.1 A aplicação do subitem 11.3.3 está condicionada à existência de funcionalidade específica para este fim no âmbito do SICONV.

11.3.4 A liberação das demais parcelas está condicionada a execução de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das parcelas liberadas anteriormente, conforme inciso III do art. 41 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016, e obedecerá aos seguintes parâmetros:

% EXECUÇÃO DO OBJETO	% FINANCEIRO	FINANCEIRO ACUMULADO
= 0	20	20
=> 18	40	60
=> 56	40	100

11.3.5 A liberação da 3ª (terceira) e última parcela está condicionada a visita *in loco* realizada pela Mandatária considerando o marco de execução de 50% de execução do cronograma físico.

11.3.6 A Mandatária deverá registrar e manter atualizadas no SICONV as informações acerca dos contratos de repasse.

11.3.6.1 Enquanto não houver funcionalidade do SICONV específica para extração das informações citadas no item 11.3.6, a Mandatária as disponibilizará ao MCidades, duas vezes por semana, por meio de banco de dados eletrônico.

11.4 Logo que constatada irregularidade no uso de parcelas de recursos liberadas, a Mandatária deverá informá-la ao MCidades.

POSSIBILIDADE DE ADIANTAMENTO FINANCEIRO

11.5 O adiantamento da liberação de recursos financeiros, sob bloqueio, na conta bancária específica do contrato de repasse, pelo MCidades, poderá ocorrer, exclusivamente, caso haja recurso financeiro disponível e não haja parcelas de objeto executadas não pagas e solicitadas pela Mandatária noutros contratos de repasse sob a gestão do MCidades.

12 EXECUÇÃO FÍSICA

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

12.1 A execução será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, respondendo o convenente pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento.

12.2 O acompanhamento e a conformidade financeira serão realizados pela Mandatária por meio da verificação dos documentos inseridos pelo convenente no SICONV, bem como, pelas visitas aos locais de intervenção.

12.2.1 Para fins de desbloqueio de recursos ou ateste da execução física do objeto do contrato de repasse, o convenente deverá apresentar à Mandatária Relatórios Resumo do Empreendimento (RRE) contendo os seguintes documentos:

- a) Solicitação de autorização de desbloqueio da parcela;
- b) Boletim de Medição (BM), quando houver realização de obras ou serviços; e
- c) Relatório de acompanhamento do Trabalho Social, quando for o caso.

AFERIÇÃO PELA MANDATÁRIA

12.3 Quando o RRE apresentado pelo convenente informar execução física acumulada de 50% (cinquenta por cento) e 100% (cem por cento), a Mandatária deverá realizar visitas aos locais de intervenção para aferir a efetiva execução física objeto.

12.4 Nas visitas de campo, as equipes de engenharia da Mandatária deverão observar se:

- a) o empreendimento, aquisição de bem, ou serviço que está sendo executado é aquele pactuado pelo convenente com a Mandatária, conforme a análise e aceitação do termo de referência ou do projeto de engenharia e o resultado da licitação;
- b) o avanço físico da execução do objeto atestado pela fiscalização técnica do convenente é compatível com as obras ou serviços verificados em campo e com o projeto aceito;
- c) o avanço físico da execução do objeto atestado pela fiscalização técnica do convenente é compatível com o cronograma físico-financeiro vigente;
- d) o respectivo valor financeiro calculado pela fiscalização técnica do convenente é compatível com o avanço físico verificado em campo;
- e) as dimensões dos serviços materialmente mais relevantes estão compatíveis com o projeto aceito, solicitando, em caso de dúvida, a comprovação por meio de instrumentos de medição por parte da fiscalização do convenente;
- f) as obras e serviços possuem qualidade compatível com as especificações técnicas do projeto aceito, verificado visualmente;
- g) existe a Licença de Instalação ou outra manifestação do órgão ambiental, quando exigida na análise;
- h) as responsabilidades técnicas do ente executor e do fiscal das obras estão formalmente definidas por meio de ART/RRT;
- i) consta do RRE apresentado o ateste do profissional indicado na ART/RRT de fiscalização;
- j) as placas de obras estão atualizadas e informam aos cidadãos sobre a origem dos recursos orçamentários para financiamento do objeto, inclusive com endereços eletrônicos para consulta pública aos dados do projeto nos sistemas da CONTRATANTE, com destaque visual adequado para o Governo Federal, de acordo com o modelo definido no manual de marcas do Governo Federal, publicado no SICONV.

12.5 A Mandatária, em suas visitas *in loco* para aferição da evolução física de objetos ou obras, somente deverá considerar os serviços realizados e os materiais aplicados, sendo vedado acatar materiais em estoque, não aplicados em obras, exceto quando se tratar de materiais e equipamentos especiais cujo fornecimento é indicado separadamente no orçamento aprovado, nos termos do § 6º do art. 52 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016, ou quando se tratar de material em canteiro, nos termos do §5º do art. 52 da mesma Portaria, e nos termos definidos nos manuais específicos dos programas e ações do MCidades.

DIVERGÊNCIAS NA AFERIÇÃO DE EXECUÇÃO

12.6 Caso sejam identificadas inconformidades² na execução física do objeto do contrato de repasse, a Mandatária suspenderá o desbloqueio de valores da conta vinculada do contrato de repasse e notificará o conveniente para apresentar justificativa no prazo de 30 (trinta) dias.

12.6.1 Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, em caso de não apresentação da justificativa ou de seu não acatamento pela Mandatária, será fixado prazo de 30 (trinta) dias para a devolução dos recursos já desbloqueados.

12.6.2 A devolução dos recursos de que trata o subitem 12.6.1 deverá observar o disposto no § 3º do art. 57 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

12.6.3 Não havendo a devolução dos recursos, a Mandatária providenciará a instauração de TCE.

AFERIÇÃO DE 100% DE EXECUÇÃO

12.7 A aferição pela Mandatária dos 100% (cem por cento) de execução física ocorrerá previamente à análise da prestação de contas final, conforme item 15 deste Manual.

PRAZO PARA MANDATÁRIA AFERIR A EXECUÇÃO

12.8 A Mandatária deverá observar o prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de entrega do RRE pelo conveniente, para aferir a execução física do objeto do contrato de repasse, conforme marcos definidos na alínea “g” do inciso I do art. 66 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

CONFORMIDADE COM REGRAS DE ACESSIBILIDADE

12.9 A Mandatária deverá exigir, no momento da entrega obra, a apresentação dos documentos de acessibilidade exigidos pela IN MP nº 2/2017.

² Entende-se por inconformidade as divergências qualitativas ou quantitativas em relação ao projeto aprovado, desde que aderentes ao objeto do contrato de repasse.

13 DESBLOQUEIO DOS RECURSOS

ROTINA PARA DESBLOQUEIO

13.1 Para a Mandatária realizar o desbloqueio dos recursos, o conveniente deverá apresentar RRE atestado pela Mandatária, conforme inciso II do art. 52 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

13.1.1 Para aferir a execução deverá ser observada a documentação constante do item 12 deste manual.

13.1.2 Após a entrega do RRE, a Mandatária providenciará o desbloqueio dos recursos da conta vinculada do contrato de repasse.

PRIMEIRO DESBLOQUEIO

13.2 Para a Mandatária realizar o primeiro desbloqueio de recurso, além do disposto no item 13.1, o conveniente deverá comprovar a instalação da placa de obra ou serviço na forma prevista no item 19 deste manual.

ÚLTIMO DESBLOQUEIO

13.3 A Mandatária somente desbloqueará a última parcela dos recursos financeiros após a visita *in loco* para constatação dos bens adquiridos e/ou obras/serviços prestados, ou seja, após a entrega da obra, bem como do aceite formal do objeto executado pelo conveniente, com apresentação do termo de recebimento provisório da intervenção, nos termos do art. 73, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8.666, de 1993.

INEXISTÊNCIA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

13.4 Na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, a Mandatária deverá rescindir os contratos de repasse, conforme § 8º do art. 41 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

13.4.1 A execução financeira será comprovada pela emissão de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias (OBTV), conforme § 9º do art. 41 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

13.4.2 A rescisão do instrumento, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de TCE, exceto se houver a devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo, no último caso, da continuidade da apuração, por medidas administrativas próprias, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado.

14 EMPREENDIMENTOS PARALISADOS

14.1 Para efeito do previsto neste Manual, será considerado como paralisado o empreendimento cuja data final do período de referência do último BM contido no RRE apresentado à Mandatária pelo conveniente seja superior a 90 (noventa) dias.

14.2 Após a caracterização do empreendimento como paralisado, a Mandatária deverá notificar o conveniente sobre a alteração do status do empreendimento informando que a retomada de sua execução deverá ser comprovada em um prazo de 90 (noventa) dias, ou seja, 180 (cento e oitenta) dias após a data final do período de referência do último BM contido no RRE apresentado à Mandatária pelo conveniente.

14.2.1 A comprovação de retomada da execução do empreendimento de que trata o item 14.2 ocorrerá mediante apresentação de RRE à Mandatária.

14.2.2 Caso o empreendimento não seja retomado no prazo previsto no item 14.2, a conta corrente específica do contrato de repasse deverá ser bloqueada pelo prazo de 90 (noventa) dias, conforme § 17 do art. 41 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

14.3 Ao final do prazo estabelecido no subitem 14.2.2, caso não o empreendimento não seja retomado, o contrato de repasse deverá ser rescindido, cabendo à Mandatária, nos moldes dos §§ 7º e 18 do art. 41 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016:

14.3.1 solicitar junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União; e

14.3.2 analisar a prestação de contas, em atenção ao disposto no item 16 deste Manual.

15 PAGAMENTO AOS FORNECEDORES

PAGAMENTO

15.1 Os pagamentos aos fornecedores que concorrerem para a execução do objeto ou obra do contrato de repasse deverão ser efetuados pelo conveniente, sob sua inteira responsabilidade, com os recursos financeiros depositados na conta corrente vinculada ao respectivo contrato de repasse.

15.2 Os registros de pagamentos deverão identificar os fornecedores e prestadores de serviços e as transações se darão, obrigatoriamente, mediante OBTV, via SICONV, para as contas bancárias de titularidade dos prestadores/fornecedores, em observação ao disposto no parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 7.641, de 12 de dezembro de 2011, conforme § 4º do art. 4º da PI MP/MF/CGU nº 424/2016, e ressalvadas as exceções previstas nas normas vigentes.

15.3 É previsto o ressarcimento ao conveniente pela Mandatária, via SICONV, com recursos financeiros de repasse, por pagamentos a fornecedores realizados às próprias custas pelo conveniente, decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo MCidades condicionado a prévio exame e autorização motivada da Mandatária, e somente em valores além da contrapartida pactuada, desde que os pagamentos tenham sido realizados por meio da conta corrente específica do contrato de repasse.

15.4 Caberá ao CONVENIENTE, no prazo de até 7 (sete) dias úteis contados da ocorrência do evento, a inserção no SICONV de todas as informações relativas aos procedimentos licitatórios, comprovantes fiscais e de pagamentos a fornecedores, condições essenciais para a prestação de contas.

15.5 A Mandatária, mediante justificativa formal e comprovação do fato gerador da despesa dentro de prazo de vigência contratual, deverá analisar e, se for o caso, aprovar pedido de desbloqueio/pagamento de despesas após a vigência do contrato de repasse.

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

15.6 Não será permitido o pagamento de despesas não previstas no PT, exceto para aplicação no mercado financeiro, conforme caput do art. 52 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

16 PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

16.1 O prazo para o conveniente apresentar a prestação de contas final é de até 60 (sessenta) dias após o encerramento da vigência ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro, conforme inciso III do art. 59 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

16.1.1 O prazo para apresentação da prestação de contas final deverá constar do contrato de repasse.

16.1.2 Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido no contrato de repasse, a Mandatária estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação.

DOCUMENTAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

16.2 A análise da prestação de contas será feita pela Mandatária no encerramento do contrato de repasse, com base na documentação registrada no SICONV, não se equiparando à auditoria contábil.

16.3 A prestação de contas será composta, além dos documentos e informações registrados durante a execução do contrato de repasse pelo conveniente no SICONV, do registro dos seguintes documentos naquele sistema:

- a) Relatório de cumprimento do objeto;
- b) Declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- c) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e
- d) Termo de compromisso por meio do qual o conveniente será obrigado a manter os documentos relacionados ao convênio, nos termos do §3º do art. 4º da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.

16.4 A Mandatária deverá registrar no SICONV o recebimento da prestação de contas.

16.5 A Mandatária deverá aferir, *in loco*, a conclusão do objeto do contrato de repasse, inclusive das metas relacionadas ao Trabalho Social, antes de analisar a prestação de contas final.

PARA INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO

16.6 Nos casos de obras para construção ou melhoria de sistema de saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos ou drenagem, inclusive as realizadas nos programas habitacionais), a aprovação da prestação de contas final está condicionada à:

- a) declaração formal do conveniente de que incorporará o ativo gerado pela intervenção ao patrimônio municipal; e
- b) recebimento do produto final da intervenção pelo órgão operador dos serviços, quando for o caso.

16.6.1 A incorporação do ativo gerado ao patrimônio do estado só será admitida em situações excepcionais, a critério do MCidades, em caso de sistemas integrados, quando o produto da intervenção beneficiar mais de um município.

BENS PATRIMONIAIS REMANESCENTES

16.7 Os bens patrimoniais remanescentes, adquiridos ou produzidos com recursos dos contratos de repasse, quando da extinção desses, serão de propriedade dos convenientes, conforme previsão a ser explicitada no anexo do contrato de repasse.

17 TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

17.1 A TCE é o processo que objetiva apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano causado ao Erário, visando ao seu imediato ressarcimento.

INSTAURAÇÃO DE TCE

17.2 A TCE somente deverá ser instaurada depois de esgotadas as providências administrativas a cargo da Mandatária após a ocorrência de algum dos seguintes fatos:

- a) a prestação de contas do instrumento não for apresentada no prazo constante do item 16.1 deste Manual;
- b) a prestação de contas do instrumento não for aprovada em decorrência de:
 - i. inexecução total ou parcial do objeto pactuado;
 - ii. desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
 - iii. impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do termo celebrado ou da PI MP/MF/CGU nº 424/2016;
 - iv. não utilização, total ou parcial, da contrapartida pactuada, na hipótese de não haver sido recolhida na forma prevista no § 1º do art. 60 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016;
 - v. inobservância do prescrito no § 4º do art. 41 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016;
 - vi. não devolução de eventual saldo de recursos federais, apurado na execução do objeto, nos termos do art. 60 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016; e
 - vii. ausência de documentos exigidos na prestação de contas que comprometa o julgamento do cumprimento do objeto pactuado e da boa e regular aplicação dos recursos.

17.3 A instrução para instauração de TCE pela Mandatária deverá seguir os procedimentos descritos no Capítulo VIII do Título IV da PI MP/MF/CGU nº 424/2016 e na Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro 2012, e suas alterações.

17.4 Exauridos todos os procedimentos administrativos possíveis, a Mandatária encaminhará dossiê relativo à TCE ao Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU).

17.5 Caso o dano apurado seja inferior ao limite mínimo para julgamento definido pelo TCU, a Mandatária deverá notificar os responsáveis quanto aos resultados da apuração para que recolham os valores devidos, no prazo de 75 (setenta e cinco) dias, sob pena de inscrição no CADIN pela CONTRATADA.

REGISTRO DA INADIMPLÊNCIA

17.6 A instauração de TCE ocasionará em:

- a) inscrição de inadimplência do respectivo instrumento no SICONV, o que será fator restritivo a novas transferências de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União mediante a celebração de contratos de repasse com recursos de transferências voluntárias, nos termos da alínea "b" do inciso VI do art. 9º da PI MP/MF/CGU nº 424/2016;
- b) registro daqueles identificados como causadores do dano ao erário na conta "DIVERSOS RESPONSÁVEIS" do SIAFI.

18 VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1 Garantidos os recursos orçamentários e financeiros para execução do contrato, a vigência contratual poderá ser prorrogada no máximo, 2 (duas) vezes, por período compatível com o cronograma físico-financeiro.

18.1.1 A Mandatária poderá prorrogar a vigência do contrato de repasse, de ofício, quando o MCidades der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

18.2 A prorrogação da vigência do contrato deverá ser solicitada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do seu término, podendo este prazo ser dispensado quando demonstrada a imprevisibilidade ou situação fortuita do fato que justificou o pedido de prorrogação da vigência.

18.3 A CONTRATADA deverá processar imediatamente, sem custos adicionais para o CONVENIENTE ou a CONTRATANTE, qualquer comando formal de reprogramação geral de prazos de vigência de contratos de repasses aprovados pelo Poder Executivo Federal em atos específicos, a exemplo do Decreto nº 8.915, de 24 de novembro de 2016.

19 PLACA DE OBRA OU SERVIÇO

19.1 Deverá ser instalada e mantida, durante todo o período de realização da obra ou serviço, placa indicando a origem, a destinação dos recursos, além de informação do canal para registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme modelo definido no “Manual de Uso da Marca do Governo Federal - Obras”, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, devendo observar ainda o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 9.504, de 1997.

20 DISPOSIÇÕES GERAIS

REPROGRAMAÇÕES

20.1 Somente será possível a reprogramação do contrato de repasse para repactuação do cronograma físico-financeiro, que poderá ocorrer nos casos em que se identificar discrepância entre o cronograma vigente e o real andamento do objeto contratado, desde que tecnicamente justificado;

20.2 É expressamente vedada a repactuação de metas e etapas.

20.3 Os reajustamentos de preços e reequilíbrio econômico-financeiro não serão custeados com recursos de repasse, e não deverão compor o QCI.

EXCEPCIONALIDADE

20.4 É facultado ao Secretário-Executivo do MCidades autorizar exceções que envolvam alterações dos itens e respectivos parâmetros descritos neste manual, a partir de solicitação do ente federado, acompanhada de manifestação técnica da Mandatária sobre a viabilidade do pleito, quando solicitada.

20.4.1 Este dispositivo não se aplica, em nenhuma hipótese, ao disposto nos itens 8 e 11 e nos itens 20.1, 20.2 e 20.3 deste manual.

DEVER DE ATENDER ÀS SOLICITAÇÕES DA MANDATÁRIA

Os convenientes devem atender às solicitações efetuadas pela Mandatária, por meio de suas agências, escritórios de negócios ou superintendências regionais, decorrentes da análise efetuada em documentos ou de qualquer outra etapa do processo de contratação e execução.

CUSTOS E PREÇOS

20.5 Deve haver compatibilidade entre o custo da etapa ou fase de execução de obra ou serviço, elaboração de projeto, aquisições de materiais ou equipamentos e seus respectivos quantitativos.

20.6 O demonstrativo de custos e preços deve apresentar seus componentes, suas unidades e respectivos quantitativos adequadamente especificados.

20.7 O grau de detalhamento dos custos deve permitir uma quantificação correta e adequada de cada fase da obra.

LEGISLAÇÃO CORRELATA

20.8 O conveniente, quando da execução de despesas com recursos transferidos, sujeita-se às disposições da Lei nº 8.666, de 1993, especialmente em relação aos procedimentos licitatórios e de contratação, admitida a modalidade de licitação prevista na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, nos casos em que couber.

CONTROLE

20.9 Os controles externo e interno para a verificação da regularidade da aplicação dos recursos financeiros transferidos pela União são de competência do TCU e da CGU, respectivamente.

FISCALIZAÇÃO

20.10 A fiscalização que trata o §6º do art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, será exercida da seguinte forma:

20.10.1 Pelo conveniente:

20.10.1.1 Manter profissional ou equipe de fiscalização constituída de profissionais habilitados e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços;

20.10.1.2 Apresentar à Mandatária ART ou RRT da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados, quando se tratarem de obras e serviços de engenharia; e

20.10.1.3 Verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos de engenharia aprovados;

20.10.2 Pela Mandatária:

20.10.2.1 Ateste da aquisição de bens e da execução dos serviços realizados no âmbito do convênio quando sua execução física acumulada atingir 50% (cinquenta por cento) e 100% (cem por cento), por meio da verificação da compatibilidade dos quantitativos apresentados nas medições com os quantitativos efetivamente executados; e

20.10.3 Pelo MCidades:

20.10.3.1 Supervisão das atividades delegadas à Mandatária;

20.10.3.2 Monitoramento e acompanhamento da execução dos contratos de repasse, de forma amostral, podendo aplicar as penalidades previstas no contrato de prestação de serviços.

ORIENTAÇÕES SUPLEMENTARES

20.11 No intuito de elucidar dúvidas ou detalhar procedimentos adicionais específicos dos programas sob suas responsabilidades, as secretarias finalísticas do MCidades poderão, a qualquer tempo, divulgar orientações operacionais à Mandatária ou aos proponentes/convenientes, desde que não promovam alteração ou exceção de qualquer das previsões contidas neste manual.

RETROATIVIDADE

20.12 Os regramentos deste manual não se aplicam aos contratos de repasse celebrados até 31 de dezembro de 2017, devendo ser observadas, neste caso, as prescrições normativas vigentes à época da sua celebração, podendo, todavia, aplicar-se-lhes naquilo que beneficiar a consecução do objeto do convênio ou contrato de repasse.

DEVOLUÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS

20.13 Os saldos financeiros de recursos de repasse remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado, serão devolvidos à Conta Única do Tesouro, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial, conforme art. 60 da PI MP/MF/CGU nº 424/2016.